

DECADÊNCIA DOS ENGENHOS BANGUÊS E A ASCENSÃO DAS USINAS NO CICLO DA CANA DE AÇÚCAR DE JOSÉ LINS DO REGO

Cleiry Farias Medeiros[1]

Resumo
Este trabalho propõe analisar a decadência dos engenhos banguês e a ascensão das usinas na obra de José Lins do Rego, precisamente no *Ciclo da Cana de Açúcar* (1932-1943). O processo de modernização na indústria açucareira ocorreu no final do século XIX, com o objetivo de aumentar a produção do açúcar e manter o produto no mercado mundial. Com o incentivo do governo alguns proprietários e empreendedores puderam melhorar as condições técnicas de seus engenhos, implantando modernas máquinas para produção do açúcar. Segundo José Lins do Rego, a usina veio para acabar com o patriarcalismo rural do Nordeste. O objetivo desta comunicação é estabelecer uma análise comparativa, no que diz respeito às condições de vida e trabalho nos canaviais, entre a literatura de José Lins do Rego e os trabalhos acadêmicos acerca da temática em questão, levando em consideração a realidade do autor e suas influências literárias. Para isso usaremos autores como Afrânio Raul Garcia Junior, José Sérgio Leite Lopes e Peter Eisenberg que escrevem sobre a produção do açúcar no Nordeste e retrataram a precariedade em que viviam os trabalhadores na *plantation*. Buscaremos fazer um contraponto entre a literatura e a história.

Palavras-chave: Literatura Regional, Engenho, Usina, Zona Canavieira.

Introdução

A cana de açúcar chegou ao Nordeste brasileiro logo nos primeiros anos da colonização e teve grande importância econômica. Aqui, os portugueses não encontraram de imediato os metais preciosos e as especiarias que estavam procurando, passaram a investir na produção do açúcar que tinha como objetivo abastecer o comércio europeu. Não demorou muito e o açúcar se tornou o principal produto de exportação da colônia.

As grandes plantações se localizaram primeiramente no litoral nordestino, uma vez que este apresentava um solo massapê, favorável para a produção da cana de açúcar. Entretanto, para esta lavoura dar certo se fez necessário montar uma complexa estrutura latifundiária com engenhos e grande número de

[1] Especialista em História do Nordeste do Brasil – UNICAP. E-mail: cleiryrscj@gmail.com



trabalhadores que, na perspectiva dos investidores, deveriam ser de baixo custo e submissos. Nesse ínterim, a tentativa de escravizar os indígenas não logrou êxito por vários motivos, dentre eles porque a população começou a declinar depois dos europeus terem introduzido várias doenças para as quais não tinham imunidade. Passou-se então para a escravidão dos africanos. Portanto, aumentava-se a desigualdade social no Brasil e criava-se uma "sociedade aristocrática, dividida em classes. No ápice aparecia a figura do *senhor de engenho* com prestígio e poder que eram tanto maiores quanto maior fosse à extensão de suas terras[2]". Os proprietários tinham plena autoridade para mandar e desmandar em suas propriedades e em seus trabalhadores.

No final do século XIX, começaram a ser instalados os primeiros engenhos centrais no Nordeste. Estes visavam aumentar a produção e manter o produto brasileiro no mercado mundial, porém, estas instalações duraram apenas quinze anos e foram substituídas pelas usinas[3], que contavam com maquinarias modernas para produção do açúcar. Com ajuda das máquinas as usinas produziam mais que os antigos engenhos banguês, assim muitos *senhores de engenho* não conseguiam concorrer com os usineiros, além do que o açúcar produzido pelas usinas era de melhor qualidade. Dessa forma, os antigos *senhores de engenho* passaram a fornecer cana para a usina deixando seus engenhos de fogo morto, reduzindo-se a condição de fornecedor.

No engenho Santa Rosa, cenário principal dos romances de José Lins do Rego, os *moradores,* ex-escravos, eram obrigados a trabalhar para o proprietário e em troca recebiam um pequeno terreno que poderiam construir suas casas e plantar um pequeno roçado para complementar a alimentação. Os homens realizavam suas tarefas nas plantações de cana que ia desde a preparação do solo até o corte. As mulheres realizavam trabalhos nos roçados e na casa grande, já as crianças eram responsáveis por diversas atividades no engenho como: tanger ou pastorear o gado; tirar leite; cortar capim; dar banhos nos cavalos; amarrar os feixes de cana cortada pelos pais; buscar jornais na estação de trem e exercer pequenos mandados. Quando não realizavam estas tarefas estavam sujeitos aos castigos empregados

[2] ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no nordeste*. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 90.
[3] PERRUCI, Gadiel. *A república das usinas.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p.122-123.



pelo próprio *senhor* ou por um feitor, desta forma o *morador* vivia submisso aos interesses do patrão.

Na obra de José Lins do Rego merecem nomes próprios o *senhor de engenho* e sua família, as demais pessoas que viviam nos engenhos eram tratados como cabras do eito, moleques da bagaceira ou por algum apelido pejorativo. Para Afrânio Garcia a palavra homem era reservada para os grandes proprietários, para aqueles que eram dotados de poder de decisão sobre o próprio corpo e o corpo dos outros[4]. Assim, a denominação 'homem' era designada apenas para o *senhor de engenho* e usineiro.

Neste trabalho busco analisar a decadência dos engenhos banguês e a ascensão das usinas no *Ciclo da Cana de Açúcar*[5] de José Lins do Rego, que escreveu seus romances a partir de uma visão elitista, já que sua família fazia parte da sociedade açucareira do Nordeste.

José Lins do Rego nasceu no dia 03 de Junho de 1901, no engenho Corredor, município de Pilar, estado da Paraíba. Filho de João Rego Cavalcanti e Amélia do Rego Cavalcanti. Sua mãe faleceu quando tinha dois anos de idade, e a partir deste momento passou a viver com o avô materno. A convivência no mundo rural ligado às senzalas e aos *senhores de engenho* foi crucial para a construção de uma visão romantizada da sociedade canavieira.

A ascensão das usinas no *Ciclo da Cana de Açúcar*

Os três primeiros livros do *Ciclo da Cana de Açúcar: Menino de Engenho, Doidinho e Banguê* são associados à memória de infância do autor, narrados em primeira pessoa, tendo Carlos de Melo como personagem principal. Na obra, é possível perceber um relado autobiográfico, uma vez que:

> Ao escrever Menino de Engenho, José Lins não pensava inicialmente escrever um romance. Queria escrever simplesmente a biografia do avô, o velho José Lins. Era este para ele o tipo representativo do senhor de engenho, expressão do patriarcalismo rural do Nordeste açucareiro.[6]

[4] GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. *O sul: caminho do roçado: estratégia de reprodução social.* São Paulo: Marco Zero, 1989, p. 49.
[5] *Menino de Engenho* (1932), *Doidinho* (1933), *Banguê (1934), Moleque Ricardo* (1935), *Usina* (1936), *Fogo Morto* (1943).
[6] VILLAÇA, Antônio Carlos. "Menino de Engenho". In: REGO, José Lins do. *Menino de Engenho*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965, p. xxvi.



A vida no campo é retratada de forma saudosa, tudo acontecia ao redor da casa grande e para a felicidade dos proprietários; até as coisas mais absurdas são retratadas com muita naturalidade pelo autor, que não dispensa comentários pejorativos aos trabalhadores. Muito embora algumas vezes reconheça a importância dos *moradores* para a conservação da elite açucareira, sem eles a produção do açúcar não teria o mesmo desempenho, e, tão pouco, o proprietário teria o prestígio e a autoridade, uma vez que o trabalhador aparece nos romances de Lins do Rego como propriedade do *senhor de engenho* e não como empregado. Por diversas vezes o autor os trata como os cabras[7] do meu avô.

O Moleque Ricardo é o quarto romance do *Ciclo da Cana de Açúcar* e com ele o autor se afasta do mundo do engenho para o ambiente urbano. Ricardo, moleque da bagaceira, tinha pouca perspectiva de ascender na vida rural. Aos 16 anos, desiludido com seu destino, foge para a cidade do Recife e começa uma nova vida longe do engenho Santa Rosa.

Os dois últimos livros: *Usina* (1936) e *Fogo Morto* (1943) retratam a decadência dos engenhos banguês, a ascensão das usinas e a nova organização social do trabalhador, pois este deixara de cultivar roçados e criar pequenos animais para trabalhar exclusivamente na usina, ficando sem tempo para cultivar a lavoura de subsistência, aumentando assim a miséria do *morador*.

Para entendermos o processo de decadência dos engenhos narrado por José Lins faz-se necessário entender o processo de implantação das usinas no Nordeste que ocorreu no final do século XIX, com o objetivo de aumentar a produção do açúcar e manter o produto no mercado mundial. Com a ajuda do governo alguns proprietários mais ricos e empreendedores melhoraram as condições técnicas de seus engenhos, implantando modernas máquinas para produção do açúcar. Essas novas fábricas seriam chamadas primeiramente de engenhos centrais e, mais tarde, usinas.

[7] Ao caracterizar as transformações sociais na *plantation* e seus sistemas de dominação tradicional Afrânio Garcia analisa alguns textos de José Américo de Almeida em que também é frequente a palavra *cabras,* para ele esta denominação esta relacionada a uma posição subordinada, mas sem ter forçosamente uma conotação pejorativa. Em certos usos, a conotação pejorativa é clara: cabra safado, cabra de peia. O valor simbólico da palavra cabra está ligado aos usos sociais deste animal: criadas por mulheres, as cabra não são difíceis de alimentar e vivem em lugares onde outros animais não se adaptam, como na região semi-áridas. GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. *O sul: caminho do roçado: estratégia de reprodução social.* op. cit., p. 49.



Nesse período, o açúcar brasileiro enfrentava dificuldades em se manter líder no comércio europeu, devido à produção do açúcar de beterraba, que apresentava melhor qualidade. Os produtores de açúcar de beterraba invadiram e conquistaram o mercado mundial; os produtores de açúcar de cana, que antes tinham mais de 90% do mercado mundial (ao redor de 1840) ficaram reduzidos a 50% da demanda[8]. Até os Ingleses, principais parceiros comerciais do Brasil, trocaram o produto latino americano pelo europeu.

Os produtores brasileiros voltaram sua atenção para os Estados Unidos da América que ainda não tinham sido conquistados pelo açúcar de beterraba, porém, a parceria comercial durou pouco tempo, devido à anexação de Porto Rico e do Havaí pelos Estados Unidos e a proximidade com a Ilha de Cuba. Os Norte-americanos preferiam as suas colônias açucareiras deixando os exportadores brasileiros à deriva.

A saída encontrada pelos produtores do Nordeste brasileiro foi investir no mercado interno, exportando o produto para a região sul do país. Porém, os consumidores exigiam açúcar branco e refinado. Vale lembrar que a Inglaterra exportava o produto bruto e os refinava, beneficiando assim as refinarias inglesas. Devido às exigências do mercado consumidor, os produtores tiveram que investir em técnicas para melhorar a fabricação do açúcar.

Na tentativa de modernizar a produção do açúcar, como já foi destacado, foram criados os engenhos centrais, com ajuda do capital estrangeiro, sobretudo da França e da Inglaterra. Os tradicionais *senhores de engenho* passaram a fornecer cana para uma unidade produtiva maior. Deste modo, havia uma divisão do trabalho:

> Os proprietários agrícolas cultivavam a cana, em lugar de processá-la eles próprios e remetendo-a para os engenhos centrais próximos. Este arranjo, segundo se esperava, promoveria o mais eficiente uso de fatores de produção: cada plantação poderia dedicar seus recursos apenas à agricultura, assim criando facilidades a melhoramentos como o uso de fertilizantes, irrigação e mecanização. O Agricultor não teria necessidade de manter e melhorar seu próprio engenho; de fato poderia abandoná-lo. Os proprietários dos engenhos centrais, por sua vez, poderiam dedicasse a totalidade dos seus recursos ao setor industrial, aprimorando o engenho com

[8] EISENBERG, P. L. *Modernização sem mudança: A indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910.* Campinas: Paz e Terra, 1977, p. 47.



> investimento de capital. E não teriam de investir em canaviais. Os resultados seriam a cana mais barata e o açúcar mais competitivo.[9]

Com a implantação dos engenhos centrais houve um aumento significativo na produção açucareira e em contrapartida uma desvalorização dos salários, já que grande massa de trabalhadores foi dispensada dos engenhos e não fora readmitida nos canaviais, ficando na "ociosidade". Esses grupos de pessoas passariam a fazer pressão sobre o nível salarial, forçando-o a baixar[10]. Deste modo, o novo processo produtivo beneficiava apenas os proprietários rurais.

Os engenhos centrais não demoraram a fracassar, pois estes eram totalmente dependentes dos fornecedores de cana, que por sua vez dependiam das condições climáticas para uma boa produção. Outros problemas enfrentados pelos proprietários dos engenhos centrais foram à falta de mão de obra especializada para manutenção das máquinas e os transportes insuficientes e mal concebidos, mas a causa principal da decadência foi à irregularidade no fornecimento de matéria prima.

> Ora, como a produção industrial depende do fornecimento de cana e como este fornecimento pelas plantações é sempre incerto. Os engenhos centrais são todos, antes mesmo de funcionar, condenados a falência. Com efeito, a resistência dos antigos senhores de engenho aparece desde a instalação dos primeiros engenhos centrais; ela atinge o novo sistema em seu ponto frágil, ameaçando o abastecimento das fábricas em matérias primas. As canas não são entregues nem em quantidade suficiente nem a uma cadência conveniente, e a experiência dos engenhos centrais durará apenas quinze anos.[11]

O modo mais primitivo da produção do açúcar se caracterizava pelos engenhos trapiche e banguês, onde a figura do *senhor de engenho* era extremamente dominante e autoritária, influenciando a política e a sociedade local. Com a criação dos engenhos centrais esses *senhores* vão diminuir o prestígio diante da população local e a influência política, pois, o sistema se modificara e a unidade produtiva do *senhor* ficava de fogo morto, assim, o *senhor de engenho* tornava-se um simples fornecedor de cana.

Com a queda dos engenhos centrais surgiram as usinas, propriedade que agrupava a produção de cana e fabricação do açúcar sob a autoridade de um uno

[9] Idem, p. 111.
[10] Ibidem, p. 112.
[11] PERRUCI, G. *A república das usinas*. Op. cit., p. 115.



proprietário. A usina representava a consolidação do capital industrial e financeiro no campo, que passava a controlar sozinho todo o processo econômico do açúcar[12]. Os usineiros não dependiam dos lavradores para o fornecimento de cana, eram livres para plantar em suas próprias terras. Exerciam também, o poder de compra e venda sobre o produto dos fornecedores, que muitas vezes, comercializavam por baixos preços, estabelecidos pelos usineiros e acabavam ficando endividados e tinham que vender sua propriedade para a área da usina.

Se os antigos banguês conservaram uma estrutura física com matas e pequenos sítios dos *moradores*, com as usinas seria quase impossível manter essa estrutura, uma vez que o proprietário precisaria sempre de mais terras para plantar.

Segundo José Lins do Rego, a usina veio para acabar com o patriarcalismo rural do Nordeste. Ele descreve as usinas como um bicho incansável, devorador de banguês sem pena. A São Felix, usina apresentada no *Ciclo da Cana de Açúcar*, destruiu vários engenhos e os anexou as suas terras, fazendo com que as famílias tradicionais perdessem sua influência política e econômica e fossem obrigadas a deixarem o campo. Os que ainda resistiram se tornaram meros fornecedores de cana.

A usina exigia uma grande quantidade de trabalhadores, estes por sua vez estavam divididos entre os antigos *moradores* de engenhos, os sertanejos, operários, técnicos, ficais e vigias. Estes últimos exerciam as mesmas funções que os antigos feitores, andavam sempre armados com rifles, cacetes ou facas, tinham como principal obrigação ajudar manter a ordem na propriedade. Quero destacar que o autor escreve antes da Consolidação da Legislação Trabalhista que só aconteceu em 1943 no Governo de Getúlio Vargas e do Estatuto do Trabalhador Rural promulgado em 1963. Assim, na época em que escreveu o *Ciclo da Cana de Açúcar* os *moradores* ainda não possuíam os direitos trabalhistas, a única lei que existia para o trabalhador rural era a “lei” do proprietário, que podiam fazer o que quisessem com o trabalhador: espancar, matar, exigir trabalho gratuito, remunerá-los como bem entendesse etc[13].

[12] Idem, p. 123.
[13] SIGAUD, Lygia. *Os Clandestinos do direito: estudo sobre trabalho da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades, 1979, p. 49.



Os cenários principais na obra de José Lins são os engenhos Santa Fé e Santa Rosa. O primeiro corresponde a um engenho trapiche, com pouca extensão de terra e que não se modernizou comandado por um *senhor* inexperiente, sem qualidades para o trabalho no campo e com pouca mão de obra, o engenho entra em decadência. Já o segundo é citado em *Fogo Morto* dentro de um processo de modernização, liderado por um próspero *senhor de engenho*, com grande quantidade de terras produtivas e muitos trabalhadores. Esse último se modernizou e transformou-se na usina Bom Jesus.

Fica evidente nos livros *Menino de Engenho* e *Fogo Morto* que os engenhos prosperam quando é comandado por um *senhor* forte e habilidoso que gosta do trabalho no campo, que seja capaz de levantar de madrugada para fiscalizar a produção do açúcar, castigar o escravo desobediente, ir atrás do negro fujão e cobrar foro dos moradores. Quando os proprietários não exerciam estas funções estavam condenados à falência e perdiam o prestígio diante da população.

O *senhor de engenho* não era um simples administrador de sua propriedade, seus poderes atravessavam as fronteiras de suas terras e atingiam vilas, cidades e a política regional. Com isso, "a fundação de um engenho garantia a toda à descendência do *senhor* uma supremacia e estabilidade social frente aos elementos sociais fluentes, pois a condição de proprietário deveria ser duradoura[14]".

A modernização no processo produtivo favorecia apenas o *senhor de engenho*, já que poderiam produzir maior quantidade de açúcar em menos tempo e obter mais lucros. Para o trabalhador estas mudanças foram insignificantes, pois continuavam a exercer suas atividades de 12 horas por dia e a receber baixíssimos salários.

As implantações das máquinas fizeram surgir uma classe média nos engenhos: os técnicos, que tinham obrigação de fazer a manutenção. A princípio esse trabalho era realizado por estrangeiros, em seguida foi substituído por mestiços e brancos pobres. Manter o estrangeiro no engenho era um custo muito alto para os *senhores*, por isso os técnicos não demoraram a ser substituídos.

Para Gilberto Freyre, a máquina vinha diminuir a importância tanto do escravo como do *senhor*. Vinha valorizar principalmente o mestiço, o mulato, o meio

[14] SANTOS, Gladson de Oliveira. *José Lins do Rego e a modernização da economia açucareira*. Aracaju. Universidade Tiradentes, 2010, p. 51.



sangue, e também o branco pobre, sem outra riqueza ou nobreza que a da sua técnica, necessária ou essencial aos proprietários de terras ou de fábricas e à comunidade[15].

Na usina Bom Jesus, os *moradores* constituíam a maior parte da população. Eram oriundos do antigo engenho Santa Rosa, que com a instalação da usina não tiveram para onde ir, permanecendo nas terras em condições diferentes. Não poderiam mais possuir roçados, sítios ou pequenos animais trabalhavam pelo quilo de charque, pelo litro de farinha ou de feijão e quase sempre não podiam se retirar das terras da usina, pois ficavam devendo ao usineiro. O jeito era aguentar o trabalho puxado. "Alguns pensavam em sair, mas estavam presos ao barracão, pelo pirarucu e pela farinha que comiam. Se fugissem o vigia da usina sairia atrás, descobriria onde estivessem como capitão-do-mato atrás de negro. Tinham medo de fugir[16]".

A agressão física ao *morador* também aumentou, se fossem pegos pelos vigias entrando nas matas para caçar ou retirando lenha para vender, estavam com tronco garantido, ninguém podia mais pegar passarinho, tatu ou paca para encher a barriga. O usineiro empatara as caçadas. Havia vigia para espiar[17]. O uso da violência física era mais um mecanismo de exploração usado pelo proprietário. Segundo Afrânio Garcia a violência física usada pelo latifundiário sempre fez parte das relações de dependência entre *senhor* e *morador*, e, propositalmente, esses castigos corporais eram infligidos diante dos demais *moradores*, de maneira a produzir um efeito de demonstração e marcar claramente quem detém o uso legítimo da violência física[18]. Mas também, a "correção" em público servia para coibir os demais trabalhadores que porventura desejassem cometer o mesmo delito.

Para que a usina desse certo era preciso um rompimento das antigas relações travadas entre os *senhores* e a comunidade dos engenhos. O patrão passou a exercer maiores pressões sobre os trabalhadores, baixando o preço dos salários e exigindo uma carga horária maior de trabalho. Com os salários muito

[15] SANTOS, Gladson de Oliveira. *José Lins do Rego e a modernização da economia açucareira*. Aracaju. Universidade Tiradentes, 2010, p. 98. Apud. FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcalismo rural e desenvolvimento do urbano.* Op. Cit., p. 535.
[16] REGO, J. L. do. *Usina*. Op. Cit., p. 283.
[17] Ibidem, p. 282.
[18] GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. *O sul: caminho do roçado: estratégia de reprodução social.* Op. Cit., p.47.



baixos, todas as pessoas da família deveriam trabalhar mesmo os que já estivessem acima de 60 anos e as crianças do sexo masculino com menos de 14 anos. Quanto às mulheres, algumas realizavam trabalho no campo juntando as canas que os maridos cortavam, outras realizavam tarefas domésticas para a família do usineiro. Porém, José Lins do Rego não dá maior enfoque ao trabalho das mulheres da usina, exceto aquelas que foram expulsas da antiga senzala e que exerceram alguma atividade na casa grande.

> A rua, antiga senzala dos negros, não podia ficar bem defronte de uma residência de usineiro. Botaram a baixo. E as negras tiveram que procurar abrigo mais longe. Avelina, Generosa, Joana Gorda que fossem arranjar os seus teréns lá para o auto.
> Agora a casa-grande da usina não tinha mais para lhe tomar a frente o arruado feio de taipa, com aquelas negras pelo chão, tirando as suas sestas. A casa-grande brilhava livre daquela feiura.[19]

Sair do arruado, antiga senzala, significava o fim do mundo para as negras, pois lá criaram seus filhos, amaram, sofreram suas doenças, mandaram os seus defuntos para o cemitério, agora teriam que ir morar em lugar desprezível, casa que ninguém aceitaria. O usineiro que elas cuidaram quando pequeno tinha vergonha das antigas amas de leite. Elas significavam o atraso, a antiguidade não poderia permanecer diante da civilização do progresso que a usina impunha. Precisavam ceder o lugar para os operários, homens que dessem lucros para o proprietário.

José Lins do Rego ao falar dos operários e técnicos da usina mostra-os como as classes de trabalhadores mais privilegiadas, uma vez que recebiam os melhores salários, moravam em casa de alvenaria cedida pelo proprietário e exerciam uma profissão diferente dos *moradores* que trabalhavam no campo. Os operários estavam ligados mais diretamente à fabricação do açúcar, eram eles: o maquinista, que fazia a manutenção e controle das maquinas; o cozinhador responsável pelo cozimento do açúcar; o brequista que controla a quantidade de cana que entra na esteira, para o primeiro terno da moenda ou que lidam com os sacos de açúcar no final do processo;[20] o turbineiro; moedeiros; evaporador e químico, este último aparece na obra de Lins do Rego com o melhor salário.

[19] Ibidem, p. 94.
[20] LOPES, José Sérgio Leite. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 24.



Também havia operários que trabalhavam nas oficinas ligadas a produção do açúcar como o serralheiro, torneiro, soldador, carpinteiro, moldador, aplainador, fundidor, ferreiro, pedreiro, caldeireiro e pintor, cada profissional dispunham de ajudantes que possivelmente viriam a suceder-lhes os cargos, assim a usina exigia grande número de trabalhadores.

Alguns operários trabalhavam apenas durante a moagem e eram dispensados na entressafra, mas haviam aqueles que eram fixos e exerciam seus serviços o ano inteiro, esses moravam na usina e eram os mais mencionados no *Ciclo da Cana de Açúcar* por serem favorecidos pelo usineiro. Os profissionais da Bom Jesus não mantinham nenhuma relação com os *moradores* por estarem em situação financeira superior:

> Quem era operário parecia príncipe junto de quem era trabalhador de campo. Operário vinha de fora, era gente de mais importância, a quem dava casa de telha para morar e pagavam uma fortuna. Os trabalhadores nem podiam acreditar que um sujeito daquele ganhasse seis mil-réis por dia. O pessoal que morava ao redor da usina, vivia separado do resto, da grande escravatura lá fora. Falavam mesmo com desprezo dos cabras da enxada. Muitos tinham suas famílias no Pilar. Só vinham à usina dar o seu dia ou a sua noite no serviço. Eram marceneiros, ferreiros, maquinista, turbineiro, que sabiam seu ofício e que havia subido um palmo acima dos outros. Mais este palmo marcava uma distância, uma separação de muitos metros.[21]

José Lins do Rego mostra uma hierarquização entre os trabalhadores da usina, na qual os mais beneficiados pela indústria seriam os operários, podendo haver um ou outro *morador* que se destacasse em alguma função secundária dentro da fábrica, como ajudante ou servente de um profissional. Os *moradores* são sempre apresentados como cortadores de cana ou trabalhador do eito, uma vez que, estes já possuem as técnicas de manejos tanto no cuidado com o solo quanto ao cortar a cana.

A hierarquização não ocorria apenas entre diferentes grupos de trabalhadores já mencionados, acontecia entre os próprios operários; algumas funções eram mais valorizadas do que outras, por exemplo, o químico, pois dele

[21] REGO, José Lins do. *Usina*. Op. Cit., p. 193.



dependia a qualidade do produto, caso falhasse a produção estaria arruinada, esta tarefa necessitava de muita experiência e responsabilidade.

A construção da vila operária próximo ao ambiente fabril mencionada pelo autor de *Usina* nos leva a entender que o usineiro estabelece uma relação de domínio sobre o trabalhador, controlando não só o horário de trabalho, mas também o tempo livre. Para Leite Lopes a construção das vilas faz com que os operários vivam em permanente submissão em relação ao proprietário e a administração, uma vez que, deles dependem a manutenção das casas, a entrega de lenha para os fogões, como também de água e de luz que são oferecidos pela usina. Neste sentido há uma troca de favores entre usineiro e operário. Como condição para morar no arruado da fábrica o trabalhador não deve se negar as ordens do patrão que por sua vez extrai do funcionário o maior tempo de trabalho possível, garantindo mais lucros para a empresa; desta forma apenas o usineiro sai ganhado com essa troca de favores.

Ao narrara vida do operário da usina Lins do Rego mostra que a maioria convivia de forma amigável com o usineiro e se sentia atendida em suas necessidades, recebiam melhores salários e não se submetiam ao patrão. Porém, vários pesquisadores mostram a insatisfação dos operários com relação ao trabalho na usina, podemos citar entre eles, José Sérgio Leite Lopes que retrata a precariedade em que viviam os trabalhadores da indústria do açúcar de Pernambuco e Christine Rufino Dabat que analisa as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco.

Durante as entrevistas com operários, Leite Lopes mostra que viviam submissos ao patrão, trabalhavam de oito a doze horas por dia. Na época de moagem a carga horária aumentava devido à necessidade da fábrica, existiam usinas que moíam 24 horas e nelas a fabricação era assegurada por dois turnos de mão de obra, mudando de meio dia a meia noite ou das seis da manhã às dezoito horas. “Entretanto, havia usinas que não moía ininterruptamente durante 24 horas, mas geralmente tinha apenas um turno de operários que cumpria uma jornada de trabalho maior[22]”, Os operários recebiam por diária salários miseráveis que não davam para o sustento da família, o pagamento era determinado pelo próprio usineiro que poderia baixar ou aumentar de acordo com sua necessidade.

[22] LOPES, J. S. L. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Op. cit., p. 71.



O usineiro na obra de Lins do Rego é um personagem marcante que administra a usina com despotismo e autoritarismo, usando a força para castigar os funcionários, de tal modo que pouco se difere do antigo *senhor de engenho* narrado em *Menino de Engenho*. A violência usada por Dr. Juca, proprietário e principal acionista da u*sina* Bom Jesus, servia para explorar cada vez mais o operariado, que com medo de perder o trabalho ou ser mandado embora da propriedade sujeitava-se a exploração.

Para que a Bom Jesus desse certo foi preciso haver varias mudanças no ambiente do antigo engenho Santa Rosa, segundo Dr. Juca a usina tinha que ser diferente, senão o sistema não funcionaria. O usineiro teria que deixar o coração de lado e pôr fim as relações paternalistas dos antigos banguês. As plantações de cana teriam que ocupar toda área da usina. Com isso, todas as casas dos trabalhadores espalhadas pela várzea foram demolidas e em seus antigos espaços foram plantadas canas.

A não permissão para plantar roçado e cultivar sítios significou a maior perda para o *morador*, uma vez que, "o sítio representava para o *morador* a possibilidade de nele morar, criar e plantar, além do seu roçado, árvores frutíferas e, portanto ligar-se mais permanentemente a propriedade e ao proprietário e gozar de uma autonomia relativa[23]". Entretanto, algumas usinas continuaram a distribuir pequenos lotes de terras entre os trabalhadores para o cultivo da lavoura branca. Segundo Leite Lopes as terras distribuídas para os operários na usina eram solos imprestáveis para o cultivo de cana e totalmente esgotáveis servindo apenas para uma roça precária, que no período de chuva estavam sujeitos a inundações e poderia ser requisitáveis a qualquer momento para o plantio da cana[24].

Conclusão

O Nordeste brasileiro foi marcado pela exploração do trabalho nas grandes lavouras de cana de açúcar desde o século XVI; este monopólio sustentou as grandes famílias latifundiárias da época colonial até os dias atuais.

[23] SIGAUD, L. *Os Clandestinos do direito: estudo sobre trabalho da cana-de-açúcar de Pernambuco*. Op. cit., p. 60.
[24] LOPES, José Sérgio Leite. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Op. cit., p. 116.



A produção de açúcar servia basicamente para abastecer o comércio europeu e favorecer os *senhores de engenhos* com lucros e *status* social diante da população local. Após 1888 os proprietários dos engenhos mantiveram a mesma estrutura das antigas senzalas e continuaram a explorar o *morador* "livre". A Lei Áurea dava-lhe direito apenas de trocar o patrão, porque as condições de trabalho e miséria continuavam as mesmas.

Com o surgimento das usinas e o aperfeiçoamento das maquinarias no modo de produção, os *moradores* tiveram que se adaptarem as exigências das novas fábricas de açúcar e em consequência, o aumento da carga horária no trabalho, mudanças que não melhoraram a vida do trabalhador rural.

Os proprietários dos antigos engenhos trapiche ou bangues ficaram impossibilitados de concorrer com as usinas, reduzindo-se a categoria de lavradores ou fornecedores de cana; esse rebaixamento diminuiu o *status* social dos antigos *senhores de engenho*, que se viram obrigados a deixar o mundo rural para morar nas cidades, permanecendo apenas a memória saudosa.

Os literatas descendentes das tradicionais famílias açucareiras do Nordeste da primeira metade do século XX, incomodados com a ascensão das usinas e a redução de domínios dos antigos *senhores* rurais, compararam as usinas como grande monstro devorador de bangues e a responsável por acabar com o patriarcalismo rural do Nordeste brasileiro.

É compreensível que José Lins do Rego, pertencente ao grupo social economicamente bem favorecido, expresse na sua obra um ponto de vista diferente do que se a história fosse escrita por trabalhadores diretamente envolvidos com o serviço do eito e vivendo em condições miseráveis nos engenhos. Para ele não era favorável discutir a exploração do *morador* nos seus livros, uma vez que não pertencia à classe dos explorados. A ausência de misericórdia com os oprimidos é confessada abertamente nos seus escritos quando os compara com animais de estimação e propriedade do Coronel.

As dificuldades enfrentadas pelos *moradores* nunca são apresentadas por Lins do Rego como um problema social a ser resolvido pelo patrão; era normal que vivessem esfarrapados, sempre com fome, sendo explorados e submetidos aos castigos físicos. Portanto, a condição de vida do *morador* pouco importava para o proprietário; a única coisa que parecia incomodar a classe patronal era a



irregularidade no trabalho, isso seria motivo de castigo e expulsão das terras do engenho ou da usina.

Ao falar da vida nos engenhos José Lins passa a ideia de que o *morador* era feliz, tinha casas, roçados e um bom *senhor de engenho,* paternalista que o defendia no júri, castigava quando era necessário, podia socorrê-lo nos períodos de seca ou quando perdia suas lavouras por causa das cheias do rio Paraíba, sem ele o povo estaria desprovido de qualquer beneficio. Enquanto as usinas são a grande responsável por expulsar os *moradores* das várzeas. A condição de explorado e explorador vai aparecer mais fortemente no livro *Usina*, no qual o autor coloca a usina como responsável por arruinar a vida do *morador* e do *senhor de engenho.*

Os livros que compõem o *Ciclo da Cana de Açúcar* representam um marco na história da literatura do Nordeste por retratar as antigas senzalas, os negros, as relações de trabalho nos engenhos e, sobretudo, por narrar o declínio do patriarcalismo rural no Nordeste canavieiro e ascensão das usinas.

O discurso de José Lins do Rego, assim como de outros romancistas da primeira metade do século XX, pode alcançar um efeito de verdade. Porém, é preciso relativizar seus romances, pois estes não têm necessariamente pretensão de explicar a história, mas podem nos ajudar a compreender alguns traços de determinadas épocas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no nordeste*. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CASTELLO, José Aderaldo. *José Lins do Rego Nordeste e Modernismo.* 2ª Ed. João Pessoa. Editora Universitária/UFPB, 2001.

DABAT, Christine Rufino. *Moradores de Engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais.* 2ª Ed. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança: A indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910.*Campinas: Paz e Terra, 1977.

FERLINI, Vera. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial.* Bauru, SP: EDUSC, 2005.



GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. *O sul: caminho do roçado: estratégia de reprodução social.* São Paulo: Marco Zero, 1989.

LOPES, José Sérgio Leite. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar.* 2ª Ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1978.

PERRUCI, Gadiel. *A república das usinas.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

REGO, José Lins do. *Banguê.* 23ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

REGO, José Lins do. *Doidinho.* 36ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996.

REGO, José Lins do. *Fogo Morto.* 23ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

REGO, José Lins do. *Menino de engenho*. 96ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

REGO, José Lins. *O Moleque Ricardo*. 26ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

REGO, José Lins do. *Usina.* 16ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

SANTOS, Gladson de Oliveira. *José Lins do Rego e a modernização da economia açucareira.* Aracaju. Universidade Tiradentes, 2010.

SIGAUD, Lygia. *Os Clandestinos do direito: estudo sobre trabalho da cana-de-açúcar de Pernambuco.* São Paulo: Duas Cidades, 1979.